



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação, Obras Públicas e
Habitação

Deputado António Topa

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação	
CEIOPH	
N.º Único	<u>651998</u>
Entrada/Saída n.º	<u>80</u>
Data	<u>28 / 02 / 2020</u>

São Bento, 28 de fevereiro de 2020.

Assunto: *Audição, com caráter de urgência, do Presidente da Autoridade Nacional das Comunicações, João Cadete Matos, da Presidente da Autoridade da Concorrência, Margarida Matos Rosa, e do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Alberto Souto de Miranda, a propósito da concorrência no sector das telecomunicações e os seus efeitos na implementação do 5G em Portugal*

A estratégia do Governo para o desenvolvimento do 5G em Portugal, aprovada em Conselho de Ministros na primeira semana de fevereiro, propõe que até 2025, 90% da população tenha acesso à internet com um débito não inferior a 100 Mps.

Para a sua implementação, a ANACOM divulgou o projeto de regulamento do leilão, fixando as frequências, os lotes a concurso e os respetivos preços de reserva. Nesta fase de consulta pública, as três principais operadoras reagiram, em conjunto, às condições apresentadas pela entidade reguladora, afirmando que os preços são demasiado altos nas duas faixas do espectro eletromagnético mais relevantes para o 5G - nomeadamente a faixa dos 700 Mhz e a faixa dos 3,4 GHz aos 3,8 GHz -, e que exigem a redução das taxas de utilização do espectro em pelo menos 50%. Em suma, as operadoras querem pagar menos pelo leilão e menos pela utilização do espectro.

É sobejamente conhecido o poder de mercado que estas empresas têm em Portugal. Quem o diz é a Autoridade da Concorrência (AdC) que, num estudo publicado em dezembro de 2019, verificou que os preços das telecomunicações em Portugal são 20% mais caros face à média europeia e os da internet são 31% mais caros.

Este resultado deriva de um mercado excessivamente centralizado em três operadoras privadas, aliás, evidente nos lucros milionários, apresentados, ano após ano, por estas empresas - MEO, NOS e Vodafone. Ainda a Autoridade da Concorrência, em comunicado, adiantou que *“a atual política de fidelização reduz a fração de consumidores disponíveis para mudar de operador, reduzindo o efeito disciplinador sobre os preços de mercado, inovação e qualidade de serviço e, em resultado, os incentivos à concorrência, o que deixa os consumidores mais vulneráveis ao exercício de poder de mercado”*. Também o presidente da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), João Cadete de Matos, numa intervenção no 29.º congresso das Comunicações (APDC), veio recomendar a *“redução dos preços das comunicações e do acesso à internet em Portugal”*, e que ocorressem a par com a *“melhoria da qualidade dos serviços prestados”*, declarações refletidas, aliás, no estudo recentemente publicado pela mesma entidade reguladora, onde se indica que Portugal é o país europeu onde os preços das telecomunicações são mais caros e mais sobem.

Os efeitos do oligopólio nas comunicações em Portugal são, assim, evidentes: um pior serviço e a preços mais altos, sendo os consumidores e as empresas os principais prejudicados.

Se a situação se prolongar, tudo indica que o 5G deverá trazer problemas acrescidos, tanto ao nível dos preços rentistas já aplicados, como de cobertura insuficiente da rede a todo o território nacional. Atualmente, apesar dos avanços tecnológicos refletidos na tecnologia 5G, são inúmeras as comunidades que se encontram excluídas do acesso à rede.

Ao Bloco de Esquerda chegam reivindicações de inúmeros municípios com graves problemas de acesso, o que figura uma falha grave, por um lado por parte das operadoras, ao colocar os interesses do acionista à frente das necessidades das populações e, por outro, por parte do Estado ao não fiscalizar e fazer cumprir os requisitos de cobertura.

Dada as exigências infraestruturais acrescidas da rede 5G, resultado das características da própria tecnologia, preocupa-nos que, no atual cenário, demarcado pelo comportamento anti concorrencial das operadoras resultante do elevado poder de mercado, que as metas de cobertura não sejam atingidas e que se agudizem os problemas existentes com a atual tecnologia.

Perante esta situação, o Bloco de Esquerda considera que é fundamental obter esclarecimentos sobre quais as medidas a serem tomadas de forma a garantir melhores serviços no sector das telecomunicações, visto que se torna particularmente pertinente no novo quadro tecnológico apresentado pelo 5G. As autoridades competentes, leia-se Autoridade da Concorrência e Autoridade Nacional das Comunicações, mantêm as suas posições relativamente à necessidade de baixar os preços nas telecomunicações em Portugal? Quais as expectativas relativamente à forma como vão evoluir os preços e o nível de cobertura de rede após implementação do 5G?

Adicionalmente, consideramos importante explicar publicamente os critérios para a formação dos preços indicados para o leilão do 5G, dado que o Governo já tornou público que tinha a expectativa de serem mais elevados. Por outro lado, é também importante esclarecer o montante do desconto pretendido pelas operadoras pela redução das taxas de utilização do espectro, algo que a ANACOM entendeu como sendo desejável. Além disso, é preciso esclarecer a finalidade concreta do fundo de transição digital que será criado através das receitas do leilão.

Um último assunto que importa esclarecer é relativo à situação criada pela empresa Dense Air, detentora há quase uma década de espectro relevante para o 5G, mas que nunca o usou. Sendo o espectro eletromagnético um recurso limitado, é incompreensível a manutenção desta situação, escolha que a ANACOM tomou com o atual projeto de regulamento do leilão. Essa opção carece de esclarecimento público.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, do Sr. Presidente da Autoridade Nacional das Comunicações, João Cadete Matos, da Sra. Presidente da Autoridade da Concorrência, Margarida Matos Rosa, e do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Alberto Souto de Miranda sobre o funcionamento do sector das telecomunicações e os seus efeitos na implementação do 5G em Portugal.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires

